

**OS ESTUDOS CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:  
ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A INVESTIGAÇÃO, O ENSINO E OS  
NEGÓCIOS**

**CULTURAL STUDIES AT THE POLYTECHNIC HIGHER EDUCATION:  
ANALYSIS OF AN EXPERIENCE BETWEEN RESEARCH, TEACHING AND BUSINESS**

Clara Sarmento<sup>1</sup>  
Centro de Estudos Interculturais  
ISCAP-P.PORTO

**RESUMO:**

Os estudos culturais construíram-se, desde o seu início, como um campo de estudo interdisciplinar, no qual a cultura é entendida num sentido amplo e dinâmico, de grande profundidade simbólica. Em sintonia com estes princípios basilares dos estudos culturais, analisaremos aqui uma experiência educativa em estudos culturais no ensino superior politécnico português, mais concretamente a forma como os estudos culturais são concetualizados e lecionados no mestrado em Estudos Interculturais para Negócios, no Instituto Politécnico do Porto. A presente reflexão percorrerá o enquadramento institucional, a organização curricular, a investigação e os métodos de ensino deste mestrado, seguindo depois pela sua abordagem específica aos estudos culturais e seu contributo para a criação de práticas empresariais conhecedoras, inclusivas e cientes da diversidade humana e cultural.

---

<sup>1</sup> Professora coordenadora com Agregação, ISCAP-P.PORTO. Diretora do Centro de Estudos Interculturais e do Mestrado em Intercultural Studies for Business, ISCAP-P.PORTO. Agregada em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro, Doutorada em Cultura Portuguesa, Universidade do Porto. Investigadora da COST action CA18126 “Writing Urban Places. New Narratives of the European City”. COST Action Independent External Expert. Conselheira Editorial em Antropologia e Guest-Editor, Cambridge Scholars Publishing, UK. Guest-Editor, Anthropology and Ethnology Journal, Medwin Publishers. Membro fundador da Rede Nacional em Estudos Culturais e da ECREA Women’s Network. Prémio Espaço T Interculturalidade 2022 – Educação.

Conclui-se que a ação educativa dos estudos culturais guia as práticas empresariais no desenvolvimento de um sentido estratégico integral, capaz de reconhecer recursos ignorados dentro do complexo quadro político-económico global. Este processo replica a evolução diacrónica dos estudos culturais e a sua construção de um conceito de cultura abrangente e dinâmico. Porque esses recursos incluem não só os objetos culturais – materiais e imateriais – ignorados, excluídos ou subalternizados, mas também os sujeitos culturais – humanos – também eles ignorados, excluídos ou subalternizados pelo poder. Os estudos culturais colocam em prática o “retorno dos excluídos”, numa ação que já não será prescritiva nem meramente descritiva, mas antes ativamente crítica, analítica e política, ao confrontar e desconstruir a própria subalternização.

#### **ABSTRACT:**

Cultural studies have been understood, from the onset, as an interdisciplinary field of study, in which culture is understood in a broad and dynamic sense, with great symbolic depth. In line with these basic principles of cultural studies, we will analyze here an experience of research and teaching of cultural studies in the Portuguese polytechnic higher education system, more specifically the way in which cultural studies are conceptualized and taught in the master's degree in Intercultural Studies for Business, at the Porto Polytechnic University. This reflection will cover the institutional framework, curricular organization, research and teaching methods of this master's degree, followed by its specific approach to cultural studies and the contribution of this field for the creation of business practices that are knowledgeable, inclusive and aware of human and cultural diversity. The article concludes that the educational action of cultural studies guides business practices in the development of an integral strategic sense, capable of recognizing ignored resources within the complex global political-economic framework. This process replicates the diachronic evolution of cultural studies and its construction of a comprehensive and dynamic concept of culture. Because these resources include not only cultural objects – both material and immaterial – that have been ignored, excluded or subordinated, but also cultural subjects – human – also ignored, excluded or subordinated by power. Cultural studies put the “return of the excluded” into practice, in an action that will no longer be prescriptive or merely descriptive, but rather actively critical, analytical and political, by confronting and deconstructing subalternation itself.

**Palavras-Chave:** Estudos culturais; ensino superior; inovação; interdisciplinar; negócios; internacionalização.

**Keywords:** Cultural Studies; higher education; innovation; interdisciplinary; business; internationalization.

### **Introdução.**

Os estudos culturais construíram-se, desde o seu início, como um campo interdisciplinar, no qual a cultura é entendida num sentido amplo e dinâmico, de grande profundidade simbólica. A compreensão da complexidade da vida quotidiana e da forma como os hábitos, textos, objetos e crenças são socialmente produzidos e preenchidos com valores e significados convoca e, em simultâneo, fornece toda uma variedade de ferramentas conceptuais para a análise da produção, circulação e comunicação de práticas culturais, nas mais diversas áreas. Em sintonia com estes princípios basilares dos estudos culturais, analisaremos aqui uma experiência de ensino de estudos culturais no ensino superior politécnico, mais concretamente a forma como os estudos culturais são concetualizados e lecionados no mestrado em Estudos Interculturais para Negócios, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP-P.PORTO). A presente reflexão percorrerá o enquadramento institucional, a organização curricular e os métodos de ensino que fundamentam o mestrado em Estudos Interculturais para Negócios<sup>2</sup>. Enveredará de seguida pela abordagem específica aos estudos culturais praticada neste curso, uma abordagem que se pauta por uma introdução diacrónica, seguida de uma transição para a análise política, a crítica discursiva e, por fim, para as questões de competência intercultural.

O mestrado em Estudos Interculturais para Negócios é integralmente lecionado em inglês e tem decorrido ininterruptamente desde a sua criação no ano letivo de 2016/2017. O curso combina a missão da escola de negócios do P.PORTO com o trabalho desenvolvido pelos docentes-investigadores das áreas científicas de Línguas e de Ciências Empresariais. O mestrado propõe, por isso, o desenvolvimento de competências empreendedoras no âmbito da cultura e de capacidades práticas, analíticas e críticas para a comunicação entre diferentes territórios e mundividências. O curso sustenta-se numa proposta interdisciplinar e na aplicação das novas tecnologias, dando a conhecer as potencialidades das linguagens de comunicação multimodal para as negociações no mercado global. Os seus objetivos visam a rentabilização de metodologias de análise de contexto e de medição de

---

<sup>2</sup> A designação das unidades curriculares (UC) e do mestrado será feita exclusivamente em português, por coerência para com a língua adotada neste texto. Contudo, este é um mestrado lecionado integralmente em inglês e como tal aprovado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a 11 de fevereiro de 2016, e publicado em *Diário da República*, 2ª série, nº 57, a 22 de março de 2016. Na prática real quotidiana, a designação institucional tanto do curso – MA in Intercultural Studies for Business – como das UC que constituem o seu plano curricular é feita em língua inglesa. Consultar a página institucional do mestrado em <https://www.iscap.ipp.pt/cursos/mestrado/583>.

variáveis culturais em ambiente empresarial, potenciando iniciativas em sintonia com os novos trajetos da economia mundial. Nas estratégias de ensino do mestrado, os estudos culturais vão mais além da mera análise de estados-nação estanques e das implicações negativas que as diferenças entre culturas podem trazer consigo. Pelo contrário, focalizam-se na troca recíproca de conhecimentos entre culturas, com as suas semelhanças e diferenças, e respetivos potenciais para a aprendizagem e a evolução. A cultura é encarada como um bem lucrativo, como uma mais-valia para qualquer empresa com ambições de expansão, como uma ferramenta e objeto de negócios e de crescimento económico.

Existe uma interdisciplinaridade estrutural no plano curricular do mestrado, bem como uma constante cooperação e partilha de recursos entre todas as UC, com projetos e iniciativas comuns e a participação da totalidade do grupo discente e docente. Mais do que uma terra de ninguém, este é um campo fértil de colaboração e de motivação acrescida, um permanente limiar de novas descobertas e projetos. Sem hierarquias conservadoras, o potencial e a competitividade do ensino superior politécnico emergem aqui enquanto espaço de liberdade criativa, aberto a novas temáticas, autores e metodologias, pois onde nada há, tudo pode vir a existir. Por essa razão, é com naturalidade que os projetos de investigação dos docentes acabam por atrair os alunos do mestrado e influenciam os conteúdos discutidos nas aulas<sup>3</sup>. Este percurso inicialmente unidirecional, da investigação para o ensino, torna-se paulatinamente bidirecional, recíproco, e a investigação privilegia cada vez mais as iniciativas e projetos influenciados pelos interesses e trajetórias dos alunos e diplomados do mestrado em Estudos Interculturais para Negócios

## **1. Contextualização institucional.**

O ISCAP-P.PORTO, com mais de 130 anos de história no ensino das ciências empresariais, coloca a tónica num ensino teórico-prático adaptado ao mercado de trabalho. É um instituto voltado para a vida ativa, com lecionação de aulas em horário pós-laboral, para além dos cursos em regime diurno, criando uma situação mais ajustada às necessidades dos trabalhadores-estudantes e da aprendizagem ao longo da vida. O ISCAP-P.PORTO tem como missão a formação, investigação, criação e difusão da cultura e do saber e a prestação de serviços na área das ciências empresariais. Em sintonia com esta missão, o mestrado em Estudos Interculturais para Negócios propõe uma abordagem direcionada para o mercado de trabalho, com base na interdisciplinaridade e na aplicação das novas

---

<sup>3</sup> Toda a investigação aqui referida e relacionada com o mestrado em Estudos Interculturais para Negócios é realizada no âmbito do Centro de Estudos Interculturais (CEI) do ISCAP-P.PORTO. Consultar: [www.iscap.ipp.pt/cei](http://www.iscap.ipp.pt/cei)

tecnologias, características de competitividade e diferenciação da instituição que o acolhe. Para tal, forma profissionais aptos para potenciar a comunicação entre culturas na prática empresarial, em sintonia com as trajetórias da globalização.

Radicando na missão do ensino superior politécnico de ensinar não só o saber conhecer, mas também o saber fazer e o saber ser, o mestrado em Estudos Interculturais para Negócios fomenta a aquisição de competências horizontais, tais como o desenvolvimento de um forte espírito crítico, proatividade, empreendedorismo, capacidade de análise e resolução de problemas, aprofundamento das capacidades comunicativas e de liderança, valorização da diversidade e abertura à alteridade. Ao mesmo tempo, desenvolve e fomenta a investigação aplicada, assumindo um compromisso de criação e disseminação de cultura e de desenvolvimento da região norte, em projetos úteis para a comunidade.

O plano curricular do mestrado em Estudos Interculturais para Negócios tem uma duração total de dois anos, ou quatro semestres, dos quais o quarto corresponde à preparação do trabalho final, que pode ter a forma de dissertação, projeto ou estágio profissional. Nos primeiros três semestres, o/a aluno/a deve completar quinze unidades curriculares, que representam 90 dos 120 créditos previstos. Destas quinze unidades curriculares, nove fazem parte de um núcleo obrigatório comum – composto pelas UC de Cultura e Desenvolvimento (dois níveis), Cultura Inglesa para Negócios (três níveis), Relações Económicas Interculturais, Empreendedorismo em Cultura, Tecnologias de Comunicação Intercultural e Metodologias de Investigação – enquanto que as restantes seis são opcionais. Nestes casos, o aluno deve escolher, por um lado, entre as UC de Cultura Francesa para Negócios ou Cultura Alemã para Negócios ou Cultura Espanhola para Negócios (com 3 níveis cada) e, por outro, entre as UC de Língua e Cultura Chinesa (Mandarim) para Negócios ou de Língua e Cultura Árabe para Negócios (também com 3 níveis cada), para além da opção final entre Dissertação ou Projeto ou Estágio Profissional, esta já no quarto semestre.

Vocacionados para a abertura ao exterior, os alunos podem optar entre dois Duplos Diplomas com universidades parceiras em França, diversas mobilidades Erasmus, estágios nacionais e internacionais e continuidade para cinco doutoramento em três universidades espanholas. As aulas são concentradas em horário pós-laboral, durante três semestres, seguidos de um semestre dedicado em exclusivo à elaboração da dissertação ou relatório. Embora o inglês seja a língua de trabalho do curso – exigindo-se um nível de B2 no ‘Common European Framework of Reference for Languages’ – a componente linguística não está sob avaliação, exceto nas unidades curriculares de Língua e Cultura Chinesa (Mandarim) ou Árabe para Negócios que, contudo, não exigem conhecimentos linguísticos prévios. O francês, o espanhol e o alemão são utilizados nas UC das respetivas culturas, com um nível de intensidade e proficiência adaptado ao grupo.

O público-alvo de onde provêm os candidatos ao mestrado em Estudos Interculturais para Negócios é constituído por licenciados e profissionais das áreas do património, artes, comunicação, ciências sociais, humanidades, economia, planeamento cultural, línguas, literaturas, marketing, gestão, comércio internacional, administração local e central, relações públicas e internacionais, turismo, hotelaria, edição, gestão de projetos, mediação cultural, ONGs e educação, entre outros. Este público-alvo situa-se tanto a nível nacional como internacional, devido à lecionação em inglês, o que tem atraído alunos provenientes de toda a Europa, África, América Central e América do Sul. Também os discentes nacionais se sentem motivados a enveredar pela mobilidade além-fronteiras, logo que são obtidos os créditos necessários.

O número de cursos lecionados em inglês em países europeus não falantes de inglês mais do que triplicou na última década, de acordo com Wachter e Mainworm. Os autores inquiriram mais de mil diretores de cursos de instituições de ensino superior europeias e concluíram sobre algumas das principais motivações que justificam a abertura de ETP ou “English Taught Programmes”. Os ETP são um importante meio para aumentar a qualidade da oferta educativa, pois permitem às instituições atrair e selecionar alunos mais qualificados, provenientes dos mais variados quadrantes do globo. Os ETP ajudam as instituições e os cursos a construir uma rede internacional de universidades, cursos, alumni e empresas parceiras e, assim, a desenvolver relações externas benéficas para todos os intervenientes (Wachter e Mainworm, 2014: 125-6).

Da parte dos estudantes, também não persistem dúvidas quanto às vantagens da inscrição num programa de estudos em que a língua de lecionação é o inglês e as mais apontadas, neste inquérito, foram, em sintonia com a realidade comprovada pelo mestrado em Estudos Interculturais para Negócios: a) aprimorar o domínio da língua inglesa, elemento essencial para o sucesso dos alunos nas suas carreiras futuras; b) mais e melhores oportunidades de mobilidade com parceiros internacionais específicos; c) preparação acrescida para o mercado de trabalho internacional e para um ambiente intercultural; d) maior empregabilidade, pois os ETP, pela sua natureza internacional, abrem mais possibilidades de emprego do que os programas exclusivamente lecionados na língua materna; e) melhor *networking*, pois os alunos (e em especial os alunos de mestrado) conseguem estabelecer mais facilmente contatos com colegas e docentes de outros países, a quem poderão posteriormente recorrer para fins profissionais (Wachter e Mainworm, 2014: 125-6).

A um público assim vasto, o curso aqui analisado proporciona a capacidade de avaliar e transcriar informação e estratégias negociais diferenciadas, com base em conhecimentos culturais não padronizados. Os conhecimentos interdisciplinares são aplicados à facilitação de projetos de âmbito internacional, tendo presentes as seguintes preocupações: identificar e solucionar necessidades de diferentes ambientes culturais; melhorar a comunicação entre culturas de negócios; lidar com situações

interculturais de forma eficaz; potenciar a integração e o crescimento; desenvolver empresas culturalmente conscientes e sustentáveis; conhecer costumes locais, suas oportunidades e obstáculos para o ambiente de negócios global. Para tal, a investigação que sustentou a criação do curso relevou a necessidade de apostar em competências gerais, tais como as capacidades de adaptação, conhecimento de si e do outro, empreendedorismo, criação de redes, relacionamento com agentes socioeconómicos e associação da perspetiva global com a compreensão local.

O estudo da cultura permite que os diplomados se desenvolvam profissionalmente nos mais diversos contextos, articulando os estudos culturais com a economia, a comunicação, a política, a história, a gestão, os media e as novas tecnologias, para criar um perfil profissional enquadrável em diferentes campos e instituições. O mestrado foi desenhado não só para responder às necessidades de formação patenteadas pelo mercado, mas igualmente para se adequar à missão do ISCAP-P. PORTO, que é, recorde-se, a formação especializada em ciências empresariais.

Como qualquer outro curso de ensino superior, o mestrado em Estudos Interculturais para Negócios possui vantagens e debilidades, enfrenta oportunidades e constrangimentos, que parecem comprovar muitas das características descritas por Wächter e Mainworm. As vantagens residem no facto de este ser um curso que sistematiza competências junto do universo empresarial até agora adquiridas de forma intuitiva, que valoriza o processo de expansão internacional da economia portuguesa, que confere empregabilidade inter/nacional a diplomados em Ciências Sociais e Humanas e conta com o apoio de parceiros e redes internacionais. Oferece a vantagem competitiva de lecionar Mandarim e Árabe, de explorar a rentabilidade e o empreendedorismo associados ao setor da cultura e de se focalizar na (auto)empregabilidade. Eventuais debilidades ligam-se, ainda que paradoxalmente, ao facto de requerer literacia científica bilingue, o que pode afastar alguns candidatos com menores competências linguísticas.

As oportunidades mais assinaláveis que se oferecem ao curso prendem-se com o conhecimento estratégico para a expansão e responsabilidade social das empresas, com o envolvimento da empresa na cultura, bem como com a atenção prestada à deslocalização dos epicentros dos fluxos económicos, seus novos atores e protagonistas. Os constrangimentos que o mestrado enfrenta são comuns ao panorama global, desde as dificuldades financeiras até às restrições orçamentais endémicas, acrescidas do receio atávico pelo que é diferente e que tem sido exacerbado pelos recentes conflitos, confinamentos e vagas migratórias; a imprevisibilidade das tensões políticas e das crises económicas nas áreas em estudo; a falta de consciência da sociedade sobre a relevância do conhecimento cultural, apesar de essa relevância ser claramente expressa nos relatórios europeus e até mesmo nas ofertas de emprego que circulam diariamente nos media.

Numa perspetiva geral, as vantagens e as oportunidades do mestrado em Estudos Interculturais para Negócios radicam no facto de, neste curso, os estudos culturais se focalizarem na troca recíproca de conhecimento entre culturas e na envolvimento cultural subjacente ao mundo empresarial do século XXI, em permanente dinâmica caleidoscópica. Será sempre intenção prioritária deste mestrado desenvolver a sensibilidade dos alunos para a compreensão da cultura – tanto própria como outra –, contribuindo para a construção de empresas socialmente responsáveis, mais humanas e capazes de se integrarem nas (e de integrarem as) múltiplas culturas da diáspora global.

## **2. Uma aproximação interdisciplinar à cultura.**

O estudo da cultura e das respetivas competências comunicativas é muitas vezes reduzido à simples comparação, focalizada exclusivamente nas diferenças, sob a influência das ideologias do observador, o que cria falsas fronteiras entre grupos e indivíduos<sup>4</sup>. Se as diferenças existem e são inegáveis, tanto entre culturas como entre dois membros da mesma micro-comunidade, também o são as semelhanças e as áreas em comum. A formação académica sobre a cultura e sua competência para os negócios procura, por isso, preparar os alunos para trabalharem no interior de um *continuum* de similaridades e dissemelhanças, para transitarem entre ambas ao invés de estacarem nas dificuldades. É fácil encontrar disparidades entre culturas mas, para localizar as similitudes, é preciso conhecimento, estudo e prática. O grande desafio a que o mestrado em Estudos Interculturais para Negócios procura dar resposta é aquele que Fred Dervin sintetiza em *Critical Interculturality*, quando escreve: “We behave in diferente ways, because we’re not robots. I’m more interested in the ontological side of culture: how culture helps people to talk about their realities, the nature of their being and becoming” (Dervin, 2017: 16).

Neste sentido, no mestrado em Estudos Interculturais para Negócios, os conhecimentos interdisciplinares sobre as teorias e as práticas dos estudos culturais assumem uma perspetiva de auto e hétero-conhecimento, outorgando tanto protagonismo aos centros de onde outrora provieram as matrizes culturais, como aos novos centros contemporâneos de decisão político-económica, pois centro e periferia são hoje conceitos em permanente interseção. Também as UC de Cultura Inglesa e Francesa/Alemã/Espanhola para Negócios não se limitam ao estudo da cultura imperante no espaço europeu, estendendo-se aos territórios de língua oficial inglesa e francesa, alemã ou espanhola

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, as perspetivas redutoras de: Craig Storti, *Cross-Cultural Dialogues: 74 Brief Encounters with Cultural Difference*. Boston: Intercultural Press, 1994; Craig Storti, *The Art of Crossing Cultures*. Boston: Intercultural Press, 2007 [2001]; Fons Trompenaars; Charles Hampden Turner, *Riding the Waves of Culture: Understanding Cultural Diversity in Business*. London: Nicholas Brealey Publishing, 1997; Norine Dresser, *Multicultural Manners: Essential Rules of Etiquette for the 21<sup>st</sup> Century*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

espalhados pelo mundo e analisando as relações políticas, económicas e culturais das antigas metrópoles com os territórios pós-coloniais. No geral, convocam-se saberes partilhados e complementares entre as UC, partindo de troncos conceptuais comuns que são depois especializados de acordo com os diferentes programas e contextos epistemológicos.

A articulação de disciplinas e métodos entre a atividade pedagógica e a investigação científica emerge primordialmente no espaço da sala de aula. Na generalidade das UC do mestrado em Estudos Interculturais para Negócios, as metodologias e estratégias do processo de ensino-aprendizagem caracterizam-se por formas inicialmente expositivas, que se transformam rapidamente em métodos ativos, onde é fomentado o desenvolvimento do pensamento autónomo, crítico e criativo conducente à realização de tarefas de análise e investigação. Estas metodologias e estratégias de reflexão sobre os conteúdos abordados nas distintas UC possibilitam que os alunos assumam o protagonismo na sua própria aprendizagem, tendo sempre em conta a importância das competências interdisciplinares. Assim, os conteúdos das UC incluem tópicos como cultura e sustentabilidade, inclusão e inovação, gestão de projetos culturais, negócio local, estudos inter-artes, gestão artística e *praxis* social, motivação artística e produtividade, políticas culturais e desenvolvimento do comportamento social, eco economia, legado e divulgação cultural, cultura empreendedora, entre outros.

Ao encarar os estudos culturais na sua vertente intercultural, de movimento, de comunicação, de encontro entre culturas, bem como na sua já referida vertente interdisciplinar, alcança-se uma perspetiva abrangente que permite questionar o impacto pragmático da cultura na economia, na política e na sociedade. A análise das motivações, características, representações, práticas, discursos e efeitos das interações culturais em movimento constante, desprovidas de fronteiras espaciais e temporais, alinha-se de novo com o pensamento de Fred Dervin:

[...] regardless of the label that you use – intercultural, multicultural, transcultural, global, cross-cultural, and so on and so forth – as long as you know what you mean and you give real meaning to these words, it doesn't matter what you use. [...] it depends on your viewpoint. It depends on where you're situated in the world. It depends on your political beliefs. It depends on the ideologies that cross your mind. As such there are people who talk about *transcultural* who mean the same as when I say *intercultural*. But there are other people who say *intercultural* and mean something completely different from what I mean when I say *intercultural*. (Dervin, 2017: 6)

Esta passagem releva a abrangência e a dinâmica de uma prática dos estudos culturais que comunga da consciência de que “training for the intercultural [...] don't just take place when you cross

a national border, when you're talking to somebody from the outside, in a sense. But it also happens within our communities" (Dervin, 2017: 20 e 39). Os estudos culturais contemporâneos observam tanto os sujeitos como os espaços – só aparentemente desabitados – que medeiam entre eles e onde ocorre a interação e a comunicação entre culturas. Interessam-se pela diversidade a partir do interior pois, quando ocorre o encontro intercultural, não são só as culturas nacionais que interagem, mas também os diferentes tipos de marcadores identitários, como o gênero, a etnia, a idade, a orientação ou a formação, entre tantos outros. Interessa-nos, por isso, a diversidade, a alteridade, o plural, no âmbito de um conceito de cultura sempre múltiplo e mutável.

A prática dos estudos culturais nas diversas UC do curso procura aprofundar, contextualizar e problematizar conhecimentos prévios que os alunos já possuem – se bem que, por vezes, superficiais e eivados de estereótipos – pelo que, ao invés de se praticar um ensino diacrónico e linear, os temas são desenvolvidos e articulados em novos contextos, entretanto introduzidos. Os programas acabam, assim, por formar uma entidade coesa, uma rede, cuja unicidade e complementaridade vai emergindo aos olhos dos discentes ao longo do semestre. Tece-se a teia do conhecimento, ao invés de se empilhar blocos estanques de informação. Em primeiro lugar, são abordados temas contemporâneos, presentes e atuantes no contexto mediático e empresarial do *aqui e agora*, por razões muito pragmáticas que se prendem com a formação de alunos trabalhadores-estudantes, que são também eles profissionais e empreendedores. O conhecimento da contemporaneidade motiva depois ao estudo do contexto, da história e das estruturas de pensamento que a sustentam e justificam. Adotando de novo o pensamento de Fred Dervin sobre a competência intercultural: "It's about becoming aware of, recognizing, pushing through, presenting/defending, and questioning brackets assumptions about one's identity or identification, and diverse diversity. [...] intercultural competence is very contextual. It's very transactional" (Dervin, 2017: 18-19).

Ao motivar os alunos a questionar o conceito de cultura – algo que, em si mesmo, é já um modo de a praticar e produzir – resulta uma melhor capacidade de compreensão das noções que estão na base das competências críticas e comunicativas essenciais a quem se quer atualizado no seu saber e capaz de responder às exigências do mercado contemporâneo. A fundamentação desta aproximação dinâmica e interdisciplinar à cultura pode resumir-se na seguinte passagem de Luís Machado de Abreu: "E como não existem textos culturais sem sujeitos predispostos para os interpretar e compreender, é no ato mesmo de interpretação e de leitura que a cultura se autoinstitui como prática social e como campo de saber" (Abreu, 1995: 60).

A problematização da noção de cultura é essencial para a compreensão do modo como as sociedades modernas funcionam e, assim, refletiremos de seguida sobre as diferentes formas como a palavra tem sido, e é ainda, utilizada. Num primeiro momento, analisaremos uma série de formas

possíveis de compreender o conceito de cultura, bem como as tensões entre diferentes significados e sua influência no atual debate acerca do papel da cultura nas ciências sociais e humanas e enquanto objeto central dos próprios estudos culturais. Tentaremos também alcançar uma definição que seja genericamente aceite entre os atuais teóricos, investigadores e estudantes da cultura. Não significa isto que obtenhamos o ‘verdadeiro’ significado da noção de cultura pois, tratando-se de um conceito-chave no conhecimento das sociedades do passado e do presente, as definições estão constantemente a desenvolver-se e a evoluir.

Na introdução a qualquer tema de estudo é essencial refletir sobre a evolução da sua definição e respetivas problemáticas. A noção de cultura e de interculturalidade não é exceção. São conceitos determinantes em qualquer processo comunicativo, em paralelo com o conhecimento aprofundado das línguas em copresença. No atual mundo globalizado, onde diversas culturas coexistem e subjazem às mais vulgares situações comunicativas do dia-a-dia, conhecer a cultura é equivalente a traduzir a cultura, tanto quanto a traduzir uma língua. A capacidade de reconhecer e de respeitar as diversas culturas com que irá deparar-se – seus textos, discursos, práticas, representações e estruturas de pensamento – é essencial à formação de qualquer profissional em qualquer área. Por isso, os conteúdos apresentados são adequados a um público estudantil de qualquer proveniência a nível de primeiro ciclo, nem sempre devidamente motivado para a reflexão sobre temas das chamadas ciências sociais e humanas. Cada aula é centrada na abordagem de questões problemáticas, polémicas até, cuja exposição introdutória contempla sempre a possibilidade de a plateia poder interromper, questionar e sugerir, transpondo para a UC outros temas, problemas e olhares, sugeridos pela irreverência e criatividade próprias dos alunos, a mobilizar enquanto vantagem competitiva. Comprova-se assim, mais uma vez, que os estudos culturais só podem ser lecionados e compreendidos enquanto desconstrução crítica permanente.

### **3. Uma problematização diacrónica da cultura.**

Numa breve perspetiva diacrónica, enquadramento teórico e definição de conceitos, seguimos as noções de cultura exploradas, entre outros, por Richard Hoggart, Raymond Williams, Stuart Hall e outros nomes do seminal Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. A exemplificação através de múltiplas realidades culturais funciona como motivação a um papel ativo por parte dos alunos, tendo em conta a sua proveniência internacional heterogénea e o seu acesso facilitado à informação. Desta forma, ocorre uma maior consciencialização dos processos de construção sociocultural das identidades pessoais e coletivas e da (re)criação de estereótipos, que subjazem às mais variadas situações de comunicação. Esta abordagem aprofunda também a questão

fundamental do poder, numa perspectiva tão política quanto académica, pois toda e qualquer prática do quotidiano de uma cultura – desde a categorização das identidades até às hierarquias empresariais, passando pelas representações e omissões dos discursos dominantes – enquadra e reflete as estruturas e simbologias de poder atuantes.

A partir do século XVIII, a noção de cultura associou-se particularmente ao progresso espiritual e moral da humanidade. A este conceito de cultura está inerente uma ideia de processo, com um produto final, pelo que o termo ‘cultura’ é muitas vezes utilizado para designar produtos concretos, como uma ópera, um concerto, um livro ou uma escultura. A chamada cultura de massas, de que falaremos mais adiante, também se liga a produtos, como programas de televisão, filmes, revistas e jornais. No entanto, a partir do século XIX, com o crescimento dos estados-nação e o interesse romântico pelo folclore, tornou-se necessário passar a falar de culturas, no plural, de modo a distinguir entre as culturas específicas de diferentes nações e também entre as culturas dos diferentes grupos socioeconómicos dentro de uma mesma nação. A antropologia, enquanto disciplina académica, estabeleceu-se no início do século XX, com o seu ramo da antropologia cultural, genericamente encarada como sendo o estudo comparativo dos povos ditos primitivos, em que a cultura é definida como sendo a forma de vida – no seu todo – de uma determinada comunidade. Deste modo, no século XX, encontramos três categorias gerais de definição de cultura em uso simultâneo: um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, objeto de estudo da antropologia; os produtos e práticas da atividade intelectual erudita e artística; um determinado modo de vida, de um povo, grupo, período histórico ou da humanidade em geral (Williams, 1976: 90). Sem tentar determinar qual o significado absoluto da palavra, devemos antes refletir sobre a forma como estas definições se sobrepõem entre si e quais as suas consequências para os estudos culturais.

A cultura entendida enquanto civilização coloniza a dicotomia essencialista entre um ‘superior’ e um ‘inferior’, entre um ‘culto’ e um ‘inculto’. O primeiro elemento do binómio oferecerá generosamente o seu saber ao elemento dele desprovido, que o deverá adotar de forma grata, acrítica e passiva. Em 1869, em *Culture and Anarchy*, Matthew Arnold define a cultura como sendo o verdadeiro pensamento e a verdadeira beleza, que deverão ser transmitidos às massas rudes e incultas da humanidade, sob pena de estas receberem um alimento espiritual inferior, como aquele que é veiculado pela literatura popular comum. A noção de cultura de Arnold tem de ser entendida no contexto social e económico da Inglaterra vitoriana. Matthew Arnold, tal como outros pensadores britânicos do século XIX – como Thomas Carlyle, John Ruskin e William Morris – acreditava que a industrialização, a urbanização e o liberalismo económico iriam conduzir inevitavelmente à falência moral da sociedade, que acabaria por cair em anarquia. Para Arnold, a cultura enquanto processo de humanização confunde-se com os produtos – da filosofia, da literatura, da arte, da música – através dos

quais essa humanização seria alcançada. A ideia de estender o acesso à arte e ao conhecimento a todas as classes sociais e não apenas às elites é progressista no contexto do século XIX, contudo, baseia-se numa dualidade irreduzível entre a cultura erudita e a cultura popular ou de massas. Ou seja, poder-se-ia estudar Shakespeare, mas jamais um folhetim popular. As preocupações de Matthew Arnold mantiveram a sua influência sobre as políticas culturais do ocidente ao longo do século XX, amplificadas pelo advento dos novos meios de comunicação de massas, como o cinema, a rádio e a televisão. Estes produziam produtos culturais para um mercado de consumidores em franca expansão, o que preocupou aqueles que acreditavam nos efeitos civilizadores da chamada cultura erudita. As teses de Matthew Arnold encontravam eco no receio de que a cultura de massas fosse utilizada no contexto dos nascentes estados totalitários, bem como na condenação do consumo generalizado dos produtos de lazer oferecidos pelos novos media. Nos anos trinta do século XX, em *Fiction and the Reading Public* (1932) e *Mass Civilization and Minority Culture* (1930), os críticos culturais britânicos Q. D. Leavis e F. R. Leavis defendiam ainda e sempre a distinção entre a verdadeira cultura e a cultura de massas, uma dicotomia na qual o segundo termo era desprovido de qualquer fundamento intelectual e associado à influência nefasta das grandes indústrias de entretenimento norte-americanas.

Já o norte-americano Dwight MacDonal, em “A Theory of Mass Culture” (1957), prefere deixar de lado as implicações elitistas do conceito de ‘verdadeira cultura’ e populariza-a, colocando-a do lado do ‘povo’. Designa-a, por isso, como *folk art*, uma expressão espontânea e autóctone oposta à cultura de massas. MacDonal critica o efeito manipulador da cultura produzida com intuítos comerciais e considera que os indivíduos das modernas sociedades industrializadas são meros consumidores passivos, alienados da comunidade que lhes poderia conferir um sentido de identidade. Em simultâneo, em Portugal, uma aproximação semelhante à cultura popular idealizada enquanto ‘folclore’ – sinónimo de tradições populares e suas manifestações – era já utilizada com intuítos políticos pelo Estado Novo, desde finais da década de trinta. Com o apoio dos etnógrafos ligados ao regime, a domesticação da cultura popular tradicional serviu as imposições ideológicas e permitiu contrapor ao setor liberal, operário e urbano um modelo de celebração da ruralidade que reduzia o povo ao ‘camponês’, sinónimo de agricultor, pescador ou artesão (Silva, 1994: 112). Na atualidade, a noção de cultura popular nos estudos culturais portugueses terá sempre de ter em conta dois significados possíveis e coexistentes na especificidade do contexto histórico nacional. Um advém da abordagem etnográfica à cultura popular, enquanto cultura regional, tradicional, cujas manifestações são produzidas pela comunidade e para a comunidade, sem fins lucrativos primordiais, ligada à economia de subsistência e ao sector primário da economia. Outro deriva da abordagem à cultura popular enquanto cultura de massas, globalizada, cujos produtos são fabricados por empresas com recurso às mais diversas tecnologias, com a finalidade

de obter lucro, direcionada para o indivíduo enquanto consumidor e ligada aos setores secundário e terciário da economia.

O debate teórico sobre a cultura popular tem um outro momento marcante em 1957, quando o britânico Richard Hoggart publica *The Uses of Literacy: Aspects of working-class life*. Apesar de Hoggart se preocupar com os potenciais efeitos nocivos da cultura de massas sobre a classe trabalhadora britânica, ele defende que esta desenvolveu formas culturais próprias, através das quais é capaz de se exprimir e identificar num determinado contexto histórico. Richard Hoggart aparenta seguir Matthew Arnold na sua preocupação com o declínio cultural e na sua crença na educação como forma de o combater, mas utiliza um conceito de cultura muito mais lato do que qualquer outro crítico cultural anterior. Para Hoggart, a cultura passa a incluir todas as atividades, produtos, práticas e processos artísticos e intelectuais de um grupo, num determinado momento. O trabalho de Richard Hoggart abriu caminho para futuros teóricos estudarem uma noção mais descritiva e menos prescritiva de cultura, a que Raymond Williams chamará uma “definição social de cultura” (Williams, 1961: 57).

Na definição de Raymond Williams, a cultura é um sistema de expressão de significados e valores, não só através da arte e da aprendizagem formal, mas também através dos comportamentos normais do quotidiano comum, em todos os níveis da hierarquia social. Para Williams, a análise cultural conjuga ambas as aproximações, sem clivagens, ciente de que “culture is ordinary”, comum a toda a sociedade e a cada indivíduo que a constitui. Este princípio basilar anunciado no ensaio homónimo de 1958 traça mais claramente o papel do investigador da cultura, como alguém que não procura avaliar nem comparar em termos de ‘superior’ e ‘inferior’, mas antes descobrir os princípios gerais atuantes numa cultura, relacionando-os com as estruturas abrangentes da sociedade em que se inserem. Contudo, para que tal seja possível, o grupo ou sociedade devem partilhar, por vezes tacitamente, valores e atitudes que Williams designa por “estruturas de pensamento” (1954) e que possibilitam a comunicação. Williams defende que o significado concedido aos objetos físicos e aos conceitos abstratos não é inerente, mas advem da forma como estes são utilizados, num dado momento e contexto, por um determinado grupo ou sociedade, interagindo com os seus comportamentos e práticas concretos.

A linguagem é o meio mais usual através do qual comunicamos significados e respetivas estruturas de pensamento. Mas a linguagem verbal não é o único meio de comunicação possível e coexiste com a linguagem visual, musical, gestual, corporal e simbólica, entre outras. A evolução dos estudos culturais desenvolveu a ênfase de Raymond Williams na ligação entre cultura, linguagem e significado. Contudo, ao invés de considerarem a cultura apenas como um reflexo das condições materiais, à luz da influência marxista, os estudos culturais passaram a analisar a forma como a própria cultura cria e mantém condições sociais (como as relações de género e intergeracionais), políticas

(como as relações entre governantes e governados) e económicas (como a relação entre a indústria e o meio-ambiente). Uma definição contemporânea de cultura poderá ser, então, a produção e a circulação de significados, mais do que as simples estruturas de pensamento e respetivas formas de vida. Todas as práticas sociais estão organizadas através de significados, pelo que são consideradas práticas significantes e devem ser estudadas de forma a enfatizar a sua dimensão cultural (du Gay et al., 1997: 13).

Stuart Hall prossegue o estudo da cultura enquanto processo, enquanto interpretação comum do mundo, necessariamente próxima, mas raramente idêntica, sujeita por isso a conflitos, plena de sentimentos e ligações afetivas, tanto quanto de conceitos e ideias. Em *Cultural Representations and Signifying Practices*, Stuart Hall afirma:

Members of the same culture must share sets of concepts, images and ideas which enable them to think and feel about the world, and thus to interpret the world, in roughly similar ways. They must share, broadly speaking, the same ‘cultural codes’. In this sense, thinking and feeling are themselves ‘systems of representation’, in which our concepts, images and emotions ‘stand for’ or represent, in our mental life, things which are or may be ‘out there’ in the world. Similarly, in order to communicate these meanings to other people, the participants to any meaningful exchange must also be able to use the same linguistic codes – they must, in a very broad sense, ‘speak the same language’. [...] They must also be able to read visual images in roughly similar ways. They must be familiar with broadly the same ways of producing sounds to make what they would both recognize as ‘music’. They must interpret body language and facial expressions in broadly similar ways. And they must know how to translate their feelings and ideas into these various languages. [...] they are the vehicles or media which carry meaning because they operate as symbols, which stand for or represent (i.e. symbolize) the meanings we wish to communicate. (Hall, 1997: 4-5)

São os agentes de uma cultura que conferem significados às pessoas, aos objetos, aos conceitos e aos acontecimentos que, por si só, raramente têm um significado inerente, uno e imutável. Os seus significados advêm da forma como aqueles são representados – as palavras que sobre eles se dizem; as histórias que sobre eles se narram; as imagens que lhes são associadas; as emoções, categorias e valores que lhes são conferidos. Assim, a cultura está implícita em todas as práticas que não são apenas geneticamente programadas, mas que contêm significados e valores a decodificar pelo indivíduo, pelo

que os estudos culturais contemporâneos sublinham o papel fundamental do aspeto simbólico da cultura, que sustenta a vida em sociedade.

#### **4. Análise política e crítica discursiva nos estudos culturais.**

A ação crítica e política que caracterizou os estudos culturais desde a sua fundação prende-se com a compreensão do papel desempenhado pela cultura na construção, manutenção e reprodução das estruturas e relações de poder, que organizam o funcionamento de uma sociedade. A definição de poder, o modo de imposição das normas, a forma como os diferentes grupos se representam a si mesmos e aos outros refletem as estruturas do pensamento comum e conduzem a práticas simbólicas muitas vezes opressivas. A definição, categorização e representação das identidades numa cultura determina, em última análise, aquilo que os indivíduos podem ou não fazer, pensar, dizer e até sonhar, na sua vida quotidiana. Ao encarar a cultura enquanto produção e circulação de significados, os estudos culturais compreendem que é na cultura que se formam tanto os discursos através dos quais um grupo legitima o seu poder sobre outro grupo, como os discursos que contestam, subvertem e fazem evoluir as instâncias do poder.

Discurso e narrativa são termos próximos que, nos estudos culturais, designam os textos que circulam numa determinada cultura, sob a forma de literatura, música, arte, mitos, provérbios, ficção e publicidade, entre outros. São estruturas narrativas simples e móveis que André Lefevere analisa na sua teoria das grelhas culturais, baseada no conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu. Lefevere sustenta que se podem extrair grelhas culturais a partir da compreensão do papel e do lugar dos textos e discursos numa determinada cultura, bem como do seu papel e lugar noutra cultura ou noutro tempo, sofrendo toda uma série de variações de estatuto tanto no tempo como no espaço (Bassnett, 1998: 135). Segundo Bassnett e Lefevere, culturas como a francesa, a alemã e a inglesa utilizam grelhas culturais semelhantes, herdadas da antiguidade clássica, com variações ao longo das vicissitudes da história. Outras culturas, como a japonesa e a chinesa, têm grelhas culturais próprias e que não são comuns às culturas europeias. Estas grelhas subsistem nas culturas a um nível mais profundo do que as linguagens que as exprimem, são construções históricas e contingentes, apesar de parecerem muitas vezes naturais e inquestionáveis, tal como o próprio conceito de cultura (Bassnett e Lefevere, 1998: 5).

Ao afirmar que as próprias nações são narrativas, Edward Said (1978) chama a atenção para os mecanismos que sustentam o poder de narrar ou de silenciar a narrativa e que são parte essencial da apropriação da cultura pelo poder. Esta necessidade de desconstrução e leitura crítica da narrativa histórica é da maior relevância para os estudos culturais em qualquer contexto e, em especial, no contexto pós-colonial, onde as interseções do passado e do presente definem os parâmetros que

exploram a negociação e a evolução dos conceitos, bem como as forças materiais que influenciam indivíduos, comunidades e nações. Michael Chapman sintetiza os conceitos teóricos de Lefevere, Bassnett e Said, aplicando-os à realidade social e política da África do Sul e demonstrando, uma vez mais, a estreita relação existente entre cultura, discurso e poder:

Cultural memory is the conglomerate of myths, proverbs, stories, reminiscences, codes, conventions, clichés, even jokes, that grants a people its cohesion, its sense of belonging, belief and identity. In societies in which language, race, religion, class and comfort are reasonably homogeneous, cultural memory hardly need to be invoked in the daily round. Instead, it can be reserved for the relatively harmless pursuit of supporting the national sports team. [...] [But] in my own, un-homogeneous country, South Africa, cultural memory has been – and continues to be – utilized quite blatantly in the politics of power. This is not any different from its use in any other country, the more homogeneous a society, however, the easier it is to conceal its manipulation of its own cultural memory. (Chapman, 2005: 113)

Estabelece-se assim a contextualização histórica e política enquanto princípio orientador da prática e da didática dos estudos culturais, em que é necessário distinguir claramente entre representação e realidade, pois não se pode assumir de forma acrítica que os produtos e as narrativas de uma cultura forneçam uma imagem exata e inclusiva de todas as suas vivências e identidades.

Nos fluxos globais das culturas pós-coloniais, há muito que os centros matriciais das culturas dominantes cederam o seu lugar às antigas periferias dominadas. Atualmente, é legítimo questionar onde está o ‘centro’ e a ‘periferia’, ao referir-se, por exemplo, a língua e a cultura portuguesas. Na antiga metrópole europeia ou nos países africanos de expressão portuguesa, no gigante Brasil ou em Macau? Os critérios que deslocam os centros destes fluxos globais são, em primeiro lugar, políticos e económicos e só depois linguísticos e culturais. Contudo, as consequências são tão imediatas e evidentes que nem sempre a sua origem é questionada, de tal forma parecem naturais. Isto é visível, por exemplo, na implementação do novo acordo ortográfico, que uniformiza a língua portuguesa segundo o padrão do português do Brasil, ou nos programas de estudos portugueses das universidades norte-americanas, que são na sua maioria dominados por temas e autores brasileiros. Também a literatura em língua inglesa já é tão ou mais consagrada e divulgada graças a autores provenientes da Índia, da Nigéria ou da Austrália (já para não falar dos Estados Unidos), do que propriamente do Reino Unido. O mesmo se aplicará à Espanha, em relação à Hispano-América, e à França, em relação ao

Magrebe. Torna-se assim claro que, nos fluxos globais da contemporaneidade, existem novas rotas linguísticas, políticas e económicas a considerar, na prática dos estudos culturais.

Numa perspetiva otimista, a compreensão da diversidade nascida deste processo global de hibridização e assimilação cultural originará uma cultura transfronteiriça de tolerância, pluralidade e conhecimento mútuo. Isto é, originará uma cultura de tradução, no sentido de inteligibilidade, um “humanismo da reconstrução” nascido da “hermenêutica da dúvida”, para usar de novo as palavras de Michael Chapman:

There is a need for a hermeneutics of suspicion: a re-reading of authorities, a questioning of positions, reputations, traditions, influences, as texts are set in contexts of controversy in which terms such as major/minor, functional/aesthetic, the West/Africa, are held up for discursive investigation. There is a need [...] for a humanism of reconstruction, in which damaged identities are reassembled, silenced voices given speech, and causes rooted close to home in the priorities of the local scene examining itself as it examines its relations to any international counterpart. (Chapman, 2005: 117)

Na realidade, porém, esta Babel de culturas gera também novos conflitos mais ou menos latentes, bem como nivelações qualitativas por vezes permanentes, que se inscrevem nas práticas comuns do dia a dia. As representações coletivas baseadas em contatos e conhecimentos superficiais degeneram facilmente em estereótipos, que exercem um enorme poder sobre o senso comum e as vivências concretas dos indivíduos. Por isso, só o aprofundar do conhecimento poderá transformar o informe coletivo anónimo num conjunto de seres humanos com uma identidade, uma cultura e experiências a partilhar, no âmbito de uma tradução séria e eficaz entre culturas.

Como se pode concluir, a análise política e a crítica discursiva dos estudos culturais afastou-se de uma noção antropológica de cultura no singular, em direcção a uma noção de culturas no plural, em diálogo, movimento e tradução permanentes, tal como Clifford Geertz defendia já em *Local Knowledge*: “The conception of a ‘new humanism’, of forging some general ‘the best that is being thought and said’ ideology and working it into the curriculum, will then seem not merely implausible but utopian altogether. Possibly, indeed, a bit worrisome” (Geertz, 1993: 70).

Também Sherry Simon faz notar que os espaços que foram antes considerados universais – como a grande tradição humanista, o cânone dos grandes livros, o espaço público associado à comunicação democrática ou o modelo que sustenta o ideal de cidadania – foram agora expostos como sendo essencialmente uma expressão dos valores do homem branco, europeu, de classe média (Simon, 1996). Esta é a razão pela qual as vozes anteriormente silenciadas dos não-brancos, não-europeus, não-classe

média e não-homens, e as narrativas por elas produzidas, devem assumir um novo papel e um novo estatuto numa grelha cultural moderna e interdisciplinar, ao serem consideradas materiais capazes de gerar novas teorias culturais abrangentes. Conseqüentemente, os projetos de ensino e de investigação na área dos estudos culturais serão conduzidos com vista à obtenção de resultados inclusivos, construtivos na sua crítica e atuantes na sua ação política.

### **5. Os estudos culturais como competência intercultural.**

As práticas de investigação e ensino dos estudos culturais que aqui têm sido descritas já não privilegiam as relações de permanência em detrimento das relações de movimento, uma perspectiva que mudou em resultado das intermináveis mobilidades que hoje atravessam o mundo, construídas e mediadas das mais diversas formas. Segundo Stuart Hall, as noções de pertença e de pátria foram reconcetualizadas em contextos de migração, desterritorialização, diáspora, virtualidade, digitalização e outras conjunturas do mundo contemporâneo, que tornam ainda mais pertinente o princípio de Hall de que as identidades culturais não são fixas, mas fluidas; não são adquiridas, mas produzidas (1994). Esta abordagem gera um diálogo interdisciplinar entre os estudos culturais e outras áreas que tradicionalmente os ignoram, tal como a economia, a tradução, o direito, a história e as tecnologias da informação, pois a competência nos estudos culturais implica um processo constante e consciente de antecipação e adaptação. Esta metodologia é também intercultural nas suas epistemologias, sujeitos e objetos, funcionando como uma espécie de terceiro espaço, para citar Homi Bhabha, um terceiro espaço de hibridismo, subversão e transgressão (Bhabha, 1994). O hibridismo – e a tradução cultural, que Bhabha entende como sinónimo de hibridismo – é politicamente subversivo. O hibridismo é o espaço onde todas as divisões binárias e antagonismos típicos das concepções políticas e académicas conservadoras, incluindo a clássica oposição entre teoria e prática, entre intervenção política e reflexão académica, entre ciências e humanidades, deixam de funcionar. O mesmo sucede nos estudos culturais como aqui os entendemos e praticamos, enquanto capacidade incessante de movimentação, comunicação e cooperação entre culturas.

Dentro desta movimentação constante, urge recordar que os estudos culturais devem continuar a ser praticados tanto na própria cultura como em território estrangeiro, já que o seu âmbito pode englobar tanto as grandes dinâmicas globais, como as tensões entre margens e cânone, entre jovens e adultos, entre centros urbanos e periferias rurais, dentro de uma mesma sociedade, que só aparentemente é homogénea. Porque “as culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando vistas de dentro ou de perto, é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais

versões da mesma cultura” (Santos, 2006: 121). Embora muitas vezes desprovidas de marcadores identitários visíveis, estas clivagens requerem que os estudos culturais continuem a questionar aquilo que consideramos ser a representação corrente de uma cultura e as realidades que estão de facto implícitas nessa cultura.

Na diversidade cultural contemporânea, o passado e o presente, o global e o local, convergem na análise de conceitos e de objetos intimamente relacionados com as transformações políticas, económicas e sociais em curso. A investigação científica é também uma área de interseções, de constante tradução, isto é, de reinterpretação, de reposicionamento de símbolos e discursos nas hierarquias existentes. Nesta reflexão sobre os estudos culturais, encorajamos leituras críticas que procuram ver para além dos significados arbitrários, favorecendo interpretações contextualizadas que, na sua permanente incerteza, geram novas hipóteses, teorias e explicações.

Contudo, há que ter em conta que essas transformações convergentes da contemporaneidade estão também patentes nas relações de poder que moldam a vida empresarial e social, tanto quanto a própria vida académica e suas políticas de investigação. As representações e as expectativas atuantes na contemporaneidade colonizam a capacidade criativa com o discurso dos interesses profissionais e económicos. Por essa razão, os investigadores, docentes e discentes de estudos culturais – incluindo os empreendedores e profissionais qualificados na área da cultura que tentamos formar – devem ser capazes de responder a essa colonização com as suas próprias estratégias, inovações e subversões, recusando a postura passiva no processo de incorporação em sistemas políticos e institucionais de grande escala. As redes criadas pela comunidade científica internacional trazem consigo novas formas de subversão do poder, muitas delas geradas em territórios periféricos. Estas periferias podem ser designadas mais ou menos metaforicamente como “zonas de fronteira” (Bruner, 1996: 157-79), “limiares” (Davcheva, Byram e Fay, 2011: 144), “campos discursivos em interseção” (Tsing, 1993) ou “espaços na berma da estrada” (Stewart, 1996), todos eles refletindo a natureza dialógica dos estudos culturais.

Nesta perspetiva, os estudos culturais tornam-se também interculturais, tanto na esfera da comunicação e da mobilidade como no campo político e epistemológico, enquanto espaço de incessante tradução cultural. Porque a tradução cultural – definida como o “retorno dos excluídos” de Butler (1996: 45-53; 2000) ou como o hibridismo de Bhabha (1994) – é uma força da democracia contemporânea também no campo académico. Para Judith Butler, o universal, sinónimo de hegemónico (Gramsci, 1971), só pode ser concetualizado em articulação com as suas periferias, as supracitadas “zonas de fronteira”, “espaços na berma da estrada” e outras metáforas. Deste modo, aquilo que foi excluído do conceito de universalidade força esse mesmo conceito, a partir das margens, a aceitá-lo novamente, o que só pode acontecer quando o conceito evoluiu o suficiente para incluir os

seus próprios excluídos. Esta pressão acaba por conduzir à rearticulação do conceito corrente de universalidade e seu poder. Ao processo através do qual a universalidade readmite os seus próprios excluídos, Butler dá o nome de tradução.

Quando a tradução cultural funciona como retorno dos excluídos, ela alarga limites, traz mudanças epistemológicas e abre novos espaços de discussão. Porque, para Bhabha, assim como para Boaventura de Sousa Santos, o potencial para a mudança está localizado nas periferias (Santos, 2008: 11-43). Essas periferias são marcadas pelo hibridismo, onde os “recém-chegados” (Santos, 2006) ou “excluídos” (Butler, 1996; 2000) – tais como os politécnicos, as universidades periféricas, os grupos de investigação inconventionais, os jovens, as mulheres e as minorias, entre outros – podem recorrer à subversão para minar as estratégias do poder, independentemente de quem o exerce. Essa subversão também passa pela forma de pensar e exercer os estudos culturais, tal como os definimos e descrevemos nestas páginas.

### **Conclusão.**

Os estudos culturais descritos neste texto geram inteligibilidades mútuas entre diferentes mundividências, encontram pontos convergentes, assim como divergentes, e partilham conceitos e epistemologias alternativos, de forma a que culturas próximas ou distantes – tanto no espaço como no tempo – possam ser compreendidas. Tendo em conta a infinitude de textos e discursos que coexistem em sobreposição e conflito dentro de qualquer cultura, os estudos culturais propõem um modelo de leitura desse palimpsesto, na sua intertextualidade constante com outros discursos e textos do passado e do presente, que irão, por seu turno, construir outros discursos e textos no futuro.

Nesta “Análise de uma experiência entre a investigação, o ensino e os negócios”, discutimos a reflexão e a prática dos estudos culturais sob diversas perspectivas sincrónicas e diacrónicas, visando a emergência de espaços intersticiais avessos às representações estáticas do poder institucional. O discurso dos espaços híbridos baseia-se numa dialética que não implica hegemonia cultural; em vez disso, os espaços híbridos reposicionam a cultura da qual emergem, a fim de construir uma análise e uma memória cultural que concedem poder narrativo aos grupos excluídos. A condição do mundo contemporâneo, em que a multiplicidade sócio-cultural do ser humano é visível tanto na vida quotidiana como nas representações dos media, torna o fenómeno da diversidade omnipresente e necessariamente aberto a interpretações discursivas, antropológicas, históricas e semióticas, entre outras inúmeras abordagens possíveis. Os estudos culturais contemporâneos praticam, por isso, uma linha de pensamento que implica hibridização, dinâmica e um permanente auto-desafio.

As competências-chave dos estudos culturais basearam-se desde sempre na interdisciplinaridade e na criatividade, de modo a gerar uma intervenção crítica tanto na sociedade como na ciência. É por isso normal que, ao longo dos tempos, tenham selecionado ferramentas epistemológicas nem sempre canónicas, com as suas próprias metodologias híbridas. Este é um dos argumentos centrais desta reflexão sobre a experiência dos estudos culturais no ensino superior politécnico, cuja epistemologia relacional e até mesmo dialética vai para além da defesa de uma pluralidade disciplinar sem significado, construindo antes uma nova área de intervenção dentro da disciplina. Usamos aqui o termo dialética porque, ainda que o conflito faça necessariamente parte tanto da política institucional como da própria prática crítica dos estudos culturais, dele emergirá, espera-se, uma síntese.

A síntese aqui preconizada refere-se à intervenção dos estudos culturais na formação para os negócios no cenário global. Esta intervenção dos estudos culturais organiza-se em duas linhas estruturantes: a) a capacidade de conhecer, decifrar e questionar os códigos culturais, tanto da própria comunidade como de outras culturas; b) o reconhecimento do papel da cultura – na sua aceção lata e dinâmica, tal como foi aqui descrita – na criação e na gestão de negócios. O contributo sistemático dos estudos culturais para o contexto dos negócios é uma oportunidade acrescida para a sustentabilidade, através do conhecimento e da capacitação das comunidades, da valorização do património tangível e intangível e da preservação geral da autenticidade. E a conjuntura atual confere ainda maior importância a esse contributo pois, no contexto pós-covid de retoma da mobilidade global, há um interesse renovado pelas artes, pelas tradições, pela compreensão de quotidianos distintos, em suma, pela cultura.

A ação dos estudos culturais guia as práticas empresariais no desenvolvimento de um sentido estratégico integral, capaz de reconhecer recursos ignorados dentro do complexo quadro político-económico global. Este processo acaba por replicar a própria evolução diacrónica dos estudos culturais, aqui sintetizada, e a sua construção de um conceito de cultura cada vez mais abrangente, mais dinâmico e, conseqüentemente, mais rico. Porque esses recursos incluem não só os objetos culturais – materiais e imateriais – ignorados, excluídos ou subalternizados, mas também os sujeitos culturais – humanos – também eles ignorados, excluídos ou subalternizados pelo poder. Os estudos culturais colocam em prática o “retorno dos excluídos” (concretizados nestas páginas em paralelo com a “tradução cultural” e o “hibridismo”), numa ação que já não será prescritiva nem meramente descritiva, mas antes ativamente crítica, analítica e política, ao confrontar e desconstruir a própria subalternização. O contributo dos estudos culturais cria práticas empresariais conhecedoras, inclusivas e cientes da diversidade, ou seja, cria competência cultural e intercultural também no contexto dos negócios. É este o grande poder social, político e económico dos estudos culturais.

## Referências.

- ABREU, Luís Machado de. “Leituras da Cultura Portuguesa”, *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, 12, 1995.
- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (eds.). *Translation, History & Culture*. London: Pinter, 1990.
- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. London and New York: Routledge, 1994.
- BRUNER, Edward M. “Tourism in the Balinese Borderzone”. In: *Displacement, Diaspora, and Geographies of Identity*, eds. Smadar Lavie; Ted Swedenburg. Durham: Duke University Press, 1996.
- BUTLER, Judith. “Universality in Culture”. In: *For Love of Country: Debating the Limits of Patriotisms*, ed. Joshua Cohen. Boston: Beacon Press, 1996.
- BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. London and New York: Verso, 2000.
- CHAPMAN, Michael. “Cultural memory in Literary History: The case of a ‘new’ South Africa”. In: *Intercultural Explorations*, Eugene EOYANG (ed.). Amsterdam: Rodopi, 2005.
- DAVCHEVA, Leah; BYRAM, Michael; FAY, Richard. “Zones of Interculturality in Postgraduate Doctorate Supervision”. In: *Politics of Interculturality*, ed. Fred Dervin; Anahy Gajardo; Anne Lavanchy. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2011, p. 144.
- DERVIN, Fred. *Critical Interculturality: Lectures and Notes*. Newcastle-Upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2017.
- DERVIN, Fred; GAJARDO, Anahy; LAVANCHY, Anne (eds.). *Politics of Interculturality*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2011.
- DUGAY, Paul et al. *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*. London: Sage/Open University, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. London: Fontana Press, 1993 [1983].
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*, trad. Quintin Hoare. London: Lawrence and Wishart, 1971.
- HALL, Stuart. “Cultural Identity and Diaspora”. In: *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*, ed. Patrick Williams; Laura Chrisman. New York: Columbia University Press, 1994.
- HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London:

Sage/Open University, 1997.

LAVIE, Smadar; SWEDENBURG, Ted (eds.). *Displacement, Diaspora, and Geographies of Identity*. Durham: Duke University Press, 1996.

MACDONALD, Dwight. "A Theory of Mass Culture". In *Mass Culture: The Popular Arts in America*, B. ROSENBERG e D. Manning WHITE (eds.). New York: MacMillan, 1957.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.

SANTOS, Boaventura Sousa. "A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80 (2008): 11-43.

SILVA, Augusto Santos. *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SIMON, Sherry. *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. London and New York: Routledge, 1996.

STEWART, Kathleen. *A Space on the Side of the Road: Cultural poetics in an "other" America*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

TSING, Anna Lowenhaupt. *In the Realm of the Diamond Queen: Marginality in an Out-of-the-Way Place*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

WÄCHTER, Bernd; MAINWORM, Friedhelm. "English taught programmes in European Higher education: The state of play in 2014", *ACA Papers on International Cooperation in Education*. Bonn: Lemmens Medien GmbH, 2014.

WILLIAMS, Raymond. "Culture is Ordinary". In *Studying Culture: An Introductory Reader*, A. GRAY e J. MCGUIGAN (eds.). London: Edward Arnold, 1993 [1958].

WILLIAMS, Raymond. *Preface to Film*. London: Film Drama Limited, 1954.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London: Chatto and Windus, 1961.